

Poder e política no Iraque

Salvador Raza, Ph.D

Doutor em Estudos Estratégicos, diretor do Centro de Tecnologia, Relações Internacionais e Segurança.

Os conflitos no Iraque sempre giraram em torno de disputas pelo poder entre diversas e distintas dimensões de civilizações e nacionalismos superpostos geograficamente. Envoltos em verdades, meias-verdades e hábil propaganda, essas disputas desenrolam complexas tramas sobre concessões de exploração do petróleo e reservas energéticas estratégicas, interesses familiares, geopolítica global e balanço de armamentos regional.

Esses ingredientes já estavam presentes em 1921, quando os ingleses importaram da Índia um modelo político-administrativo, denominado Sistema Sandman, desenhado para assegurar o controle dos governos coloniais sob regime de tutela, instaurando no Iraque uma monarquia parlamentarista sob o Rei Faisal, com a promessa de fundir os povos heterogêneos da Mesopotâmia em uma nação única, removendo-a da situação de atraso e insegurança herdada do Império Otomano.

Sob esse sistema Faisal reconheceu a Declaração Balfour, que autorizava a fundação de um estado judeu na Palestina e assegurava a manutenção do controle de enorme área com potencial de petróleo para a companhia Anglo-Persa, sob controle do Almirantado Inglês desde 1914. Um contrato secreto com a Anglo-Persa dava ao Almirantado Britânico uma parcela dos lucros da companhia e, mais importante, assegurava o fornecimento de 20 anos de óleo combustível a baixo preço aos encouraçados ingleses, os quais garantiam a viabilidade da geopolítica inglesa. Lord Curzon, Vice-Rei da Índia, dizia que essa lógica era equivalente a uma Doutrina Monroe da Inglaterra para o Oriente Médio.

A influência inglesa sobre os destinos do Iraque era mantida através da imposição de assessores aos ministros e pela ocupação de importantes postos públicos. Nas províncias, os representantes ingleses controlavam os chefes tribais por meio de “subsídios” e proteção aos seus interesses dinásticos. Com esse sistema, os britânicos exerciam poder sobre a população por meio do controle que detinham sobre esses chefes tribais. O sistema tinha a virtude de não interferir na estrutura social local. Por outro lado, ele perpetuava uma relação de subserviência “feudal” a um líder tribal hereditário, tornando difícil, senão impossível, a construção de políticas públicas que visassem o bem comum de toda a população.

Se por um lado a arquitetura de poder local resultante desse modelo acomodava o conflito intratribos, por outro ele exacerbava as possibilidades de conflito intertribos. Sem mecanismos políticos para a inclusão e a gestão de suas pretensões na pauta nacional, a violência armada tornou-se instrumento de barganha entre as facções políticas internas. Marginalizadas do poder, em 1935, por exemplo, as tribos localizadas no território mediano do Eufrates se revoltaram, sendo contidas violentamente pelo Exército Iraquiano. O problema das minorias, cerca de 20% da população, nunca foi resolvido, já que a lógica articulante dos relacionamentos tribais está ligada à estrutura burocrática que dá sustentação ao poder político, tendo essa estrutura sido construída para atender à necessidade de controle externo sobre os recursos naturais do país dentro do jogo de poder global.

Os curdos, a maior das minorias, são testemunhas dessa condição. Na época da engenharia de estados pelos ingleses eles eram mais de 4,5 milhões de pessoas espalhadas em região hoje ocupada por Iraque, Turquia, Síria, Irã e Afeganistão. Os ingleses tinham manifesto interesse em dar relativa autonomia aos curdos, criando um estado protetorado sob o Sistema Sandman. Essa condição permitiria aos ingleses estender sua influência para a estratégica região do Cáucaso Soviético (chegando até Baku, onde se localizavam as maiores reservas conhecidas de óleo do mundo), além de refrear o surgimento de nacionalismos locais inspirados na ideologia dos kemalistas turcos.

Apesar disso, os ingleses negaram a pretensão curda sob o argumento de que, devido à sua natureza nômade, eles ainda estavam “imaturos” para gerir um estado soberano, e por demais “independentes” para aceitarem compromissos internacionais vinculantes (leia-se “dominação política externa”). Em 1932 a RAF ajudou o Exército iraquiano a acabar violenta e decisivamente com a pretensão curda, inercializando também as pretensões das demais minorias por mais de meio século.

As mesmas razões que alijaram as minorias étnicas do processo político desenhado pelo modelo inglês de controle externo também removeram a maioria religiosa xiita do poder. Segundo o argumento britânico (e muito do americano, atualmente), embora os xiitas compusessem a maioria da população, sua relutância em aceitar uma educação secular tradicional acabou por restringir sua capacidade gerencial, limitando-lhes o acesso a posições de responsabilidade no governo. O resultado foi ter a minoria religiosa sunita se perpetuado no poder.

As fronteiras políticas dos estados no Oriente Médio, por terem sido artificialmente criadas, sempre foram muito permeáveis, senão incapazes de conter temas e problemas dentro de um ambiente nacional. Essa condição fazia os ingleses terem severas restrições em conceder soberania e território às minorias étnicas. Os protetorados formados seriam por demais explosivos, capazes de alterar o frágil equilíbrio do Oriente Médio. Um conflito regional entre essas minorias beneficiaria mais os soviéticos do que a Grã-Bretanha.

Nesse ambiente geoestratégico, durante a Guerra Fria o Iraque absorveu as ameaças externas dos EUA e da Europa sob o guarda-chuva do sistema de segurança ocidental. O resultado foi um projeto de força – o desenho das forças armadas – orientado para guerras de desgaste de alta intensidade e um aparato policial fortemente repressivo. Armadas pela indústria de defesa ocidental, as forças iraquianas foram projetadas para se contrapor a ameaças armadas da União Soviética no seu entorno geográfico (principalmente o Irã). No final, o Iraque acabou com um enorme débito gerado por um ambicioso programa militar e pelas perdas sofridas na guerra com o Irã nos anos 1980.

Para pagar essa conta, o Iraque desejava ver na Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) um rígido sistema de cotas que estabilizasse os preços (em níveis altos), reduzindo incertezas nos ingressos financeiros da venda de petróleo. A maioria dos países da OPEP era contra esse sistema de cotas, principalmente o Kuwait e os Emirados Árabes, que superproduziam para custear seus enormes gastos governamentais. Em face da queda dos preços internacionais, Saddam Hussein exigiu um aumento imediato dos preços para pagar seus débitos junto aos demais estados árabes. Embora a Arábia Saudita tivesse se oferecido como mediadora, seus esforços falharam, levando à guerra e à intervenção americana.

SÍNTESES E DESDOBRAMENTOS

O Iraque sempre se caracterizou como uma área subdesenvolvida, sob o controle de déspotas benevolentes, religiosos, oficiais do exército, chefes tribais e mandatários britânicos. A mudança de submissão do Império Otomano para o Britânico e depois para um governo local não resolveu os problemas estruturais do Iraque, onde personalidades sempre foram mais importantes do que os programas de governo. A ausência de mecanismos eficazes de alternância do poder alimentava o controle das famílias sobre o Estado (tal como a *Umari* de Mosul, a *el Gailani* de Bagdá), impedindo a construção de estruturas efetivas de governo democrático, tal como conhecidas no ocidente, e colocando as decisões políticas reféns das influências familiares que perpetuavam o *status quo* da concentração do poder político e dos benefícios econômicos.

Da mesma forma que outros países emergentes da engenharia de poder inglesa, o Iraque passou por processos falhos de alternância do poder, com mandatários ineficientes, golpes militares, corrupção estrutural, desemprego e concentração de renda. Essa condição reflete questões éticas inseridas na relação entre interesses econômicos dos países industrializados e o desenvolvimento social dos países fornecedores de matéria-prima. Nesse particular, a história do Iraque evidencia o propósito das grandes potências de buscarem atender a seus interesses políticos, sendo esses interesses um reflexo de seus objetivos comerciais e industriais.

Os EUA não criaram o problema estrutural do Iraque. Eles foram impulsionados para a indesejável, custosa e inadequada responsabilidade de ter que enfrentá-lo por uma razão objetiva: o inter-relacionamento dos negócios e fluxos financeiros globais, impulsionados pela tecnologia de informação, torna a estabilidade política do Iraque crítica para a estabilidade econômica da região, condicionando a consecução dos interesses americanos em escala global.

Essa situação de causalidade torna o Iraque central para as políticas externa e de segurança americana, obrigando os EUA a engajar em seu aparato militar para assegurar o controle das fontes de petróleo, fato esse explicitamente reconhecido no Relatório Baker-Hamilton que estudou a situação atual no Iraque para o Congresso dos EUA.

Esse mesmo aparato militar passa por um substantivo redesenho enquanto atua no Iraque. Os americanos chamam esse processo de *Defense Transformation* - Transformação da Defesa – visando criar uma força compacta, de altíssima densidade tecnológica, interligada em uma arquitetura de redes computacionais e organizacionais chamada *Network Centric Warfare* – Guerra Centrada em Redes. O projeto da força transformada americana vem reajustando estratégias, doutrinas e material de combate para apoiar a política externa americana na defesa de seus interesses globais.

Os conflitos no Iraque foram o campo de provas do redesenho das forças de defesa dos EUA, e também das próprias forças armadas iraquianas. O resultado aponta severas limitações de ambas. O governo eleito sob os auspícios dessa máquina militar não consegue reconciliar conflitos sectários, prover segurança e fornecer serviços básicos à população. Com isso, o pessimismo emerge da insegurança. A violência aumenta em complexidade, letalidade e abrangência, principalmente em torno de Bagdá, com evidências de uma fragmentação das facções, com a crescente complexização das estruturas de comando e controle dos insurgentes. Os principais adversários dos EUA e do governo por ele sustentado são as redes de lideranças

sunitas, unidas pelo propósito de remover os EUA do país e reconquistar o poder político. Os xiitas, por sua vez, revidam com a mesma violência praticada pelos sunitas.

Se por um lado a guerra do Iraque removeu definitivamente (pelo menos por algum tempo) a ameaça nuclear iraquiana sobre Israel – tudo que os americanos queriam –, por outro o fracasso do modelo americano empurra o Iraque para dentro da esfera de influência do vizinho Irã – tudo que os americanos não queriam! O Irã sai do conflito reconhecido como uma potência regional nucleando um enorme e complexo comércio regional que se articula com uma dinâmica política de acomodação de interesses de minorias e majorias étnicas. O modelo de comércio tradicional retoma a cena sob a tutela dos interesses sectários tradicionais. Ou seja, nem o sistema americano nem o sistema Sandman vingaram, mas sim o tradicional modelo comercial praticado há milênios, agora impulsionado por uma geração de empresários locais tecnologicamente sofisticados e politicamente revisionistas.

Os americanos não puderam dominar esse câmbio, preocupados que estavam tentando dominar a influência política de líderes regionais como o clérigo radical xiita Moqtada al-Sadr. Mas falharam novamente ao não perceber que a roupagem xiita veste o tradicional culto à personalidade que tece a trama de coligações familiares que definem a lógica do comércio.

Não existe fórmula mágica para resolver o problema dos insurgentes no Iraque. Os britânicos conseguiram neutralizá-lo temporariamente com o Sistema Sandman. Os EUA não possuem nada equivalente, já que sua determinação conceitual é delegar poder ao povo dentro de uma moldura democrática. Ou seja, os EUA estão prisioneiros de seu próprio remédio para a doença que aflige a estrutura política do Estado. A guerra civil entre facções étnicas e religiosas que os americanos estão enfrentando está profundamente enraizada na própria estrutura político-administrativa do Estado, refletindo as disputas pelo poder sob um modelo que não consegue acomodar interesses locais em torno de políticas públicas construídas consensualmente (democraticamente seria uma palavra por demais forte no contexto), mas sim subordinar os interesses locais a propósitos externos (antes os ingleses, agora os americanos).

Paradoxalmente, enquanto o modelo americano de gestão política interna do Iraque fracassa na esteira da falência do Sistema Sandman, os interesses dos EUA – mais especificamente das empresas americanas – são assegurados: o controle das reservas de petróleo do Oriente Médio no nível que viabilize a preservação de suas reservas domésticas sob preços internacionais aceitáveis. O conflito no Iraque e a ameaça terrorista aos oleodutos escoram o preço elevado do petróleo, enquanto escondem duas décadas de falta de investimentos em infra-estrutura de prospecção e refino. A evidência dessa condição é estarem os países do Golfo Pérsico vivendo um “boom” econômico”. Basta ver o dinamismo das construções em Dubai e no Qatar.

Ainda melhor para os americanos foi o fato de que a Europa não conseguiu oferecer um modelo político alternativo para a situação no Iraque. Preocupados com suas disputas internas, os governos europeus não apoiaram firmemente os interesses de suas empresas, acabando por ver suas pretensões de acesso ao controle de reservas no Oriente Médio definitivamente neutralizadas pelos americanos. Isso já havia ocorrido em 1947, quando companhias americanas detinham 100% das concessões de petróleo na Arábia Saudita. Os americanos preservaram o acesso às reservas e também o acesso à reconstrução do Iraque para suas empresas. Dessa vez, além dos europeus, perderam também todos os outros países que detinham

alguma pretensão de influência no Oriente Médio, inclusive na venda de armas. O Brasil se enquadra nessa categoria de excluídos, pois com sua política exterior tímida não soube enfrentar e se posicionar frente aos desafios do poder global.

Essa é a cortina político-econômica que cobre a janela da Guerra do Iraque. O problema é que essa mesma cortina esconde uma “moderada” limpeza étnica em curso no Iraque. Com a ética subordinada à política, uma ONU fraca e a insensibilização à tragédia que a indústria de notícias acaba por gerar, a violência no Iraque torna-se politicamente aceitável. O Iraque é apenas uma ficha na trama de interesses praticados nos campos de óleo do Oriente Médio. O jogo é o jogo do poder, tal como praticado desde há muito em todo o mundo, com regras construídas enquanto o jogo é jogado!